



Cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia Brasileira: o caso da Cooperuraim de Paragominas, Pará

Family farming cooperativism in the Brazilian Amazon: the case of Cooperuraim in Paragominas, Pará

Carlos Douglas de Sousa Oliveira^{1*}  ; Daniel Lopes do Rosário Filho²  ; Marcelle dos Santos Praia³ 

^{1,2,3} Universidade Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA Campus Paragominas), PA 256 s/n, Paragominas – Pará – Brasil. *corresponding author: douglas.oliveira@ufra.edu.br

Recebido: 11/12/2024

Aceito: 20/12/2024

Publicado: 26/12/2024

Resumo:

O cooperativismo é um tema importante para a Amazônia rural, sobretudo para a agricultura familiar, que enfrenta inúmeros desafios para se manter na terra, produzir produtos com qualidade, regularidade e escala, bem como comercializar o excedente da produção. Neste artigo, apresentaremos uma breve revisão de literatura sobre o cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia e analisaremos o caso da Cooperuraim, focando nos avanços e desafios desta cooperativa de agricultores familiares, situada no município de Paragominas, Pará, Brasil. A diretoria desta cooperativa constitui o público pesquisado, por meio da aplicação da Matriz SWOT, durante o curso de Gestão do Cooperativismo da Agricultura Familiar. Constata-se que o cooperativismo da agricultura familiar tem tradição e pioneirismo na Amazônia, considerado relevante para o desenvolvimento rural sustentável da região. Porém, ainda apresenta vários desafios para a sua manutenção e desenvolvimento na região amazônica.

Palavras-chave: cooperativa, agricultor familiar, gestão social

Abstract:

The Cooperativism is an important topic for rural Amazonia, especially for family farming, which faces numerous challenges to remain on the land, produce quality products, regularly and on a large scale, and market surplus production. In this article, we will present a brief literature review on family farming cooperatives in the Amazon and analyze the Cooperuraim's case, focusing on the advances and challenges of this cooperative of family farmers, located in the Paragominas' city, Pará, Brazil. The cooperative's board constitutes the target audience, through the application of the SWOT Matrix, during the course on Family Farming Cooperative Management. It is clear that family farming cooperatives have a tradition and pioneering spirit in the Amazon, considered relevant for the sustainable rural development of the region. However, it still presents several challenges for its maintenance and development in the Amazon region.

Keywords: cooperative, family farmer, social management

1. Introdução

O cooperativismo é uma forma de organização social e econômica, baseada na economia solidária. Na visão de Sales (2010), a prática do cooperativismo é um contraponto entre os extremos do capitalismo e do socialismo, pois cria uma forma de emancipação e resgate da cidadania. Constitui uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência e busca preservar a força econômica dos indivíduos de uma mesma categoria social, com objetivos e dificuldades comuns.

A cooperativa é uma associação autônoma, de ajuda mútua, entre pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma organização de propriedade coletiva e democraticamente gerida, pois é controlada por seus membros. Portanto, se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia (OCB, 2024a).

A agricultura familiar apresenta um grande potencial para contribuir com o desenvolvimento rural, haja vista que ela é considerada como multifuncional, pois contribui com a segurança alimentar, manutenção das paisagens rurais, reprodução socioeconômica e cultural dos agricultores familiares, além da principal função de produtora de alimentos (Carneiro & Maluf, 2003). O cooperativismo possui um papel fundamental nesse processo, que vai desde o apoio à transição agroecológica, por meio da difusão de seus valores, até o desenvolvimento da segurança alimentar (Fraxe & Castro, 2015).

Segundo Witkoski *et al.* (2020), a agricultura familiar na Amazônia foi apontada por muitos pesquisadores como fadada ao desaparecimento, mas a história e o presente nos ensinam que isso não aconteceu e não está acontecendo. A agricultura familiar se mantém firme, produzindo alimentos no Brasil e, especialmente, na Amazônia.

Os agricultores familiares amazônicos têm construído estratégias para lutar contra esse movimento excludente, por meio do desenvolvimento do cooperativismo aliado a uma gestão rural centrada no bem viver de seus povos. Witkoski (2010) considera que a ciência tem como objetivo contribuir para a reprodução da agricultura familiar na Amazônia, para que haja perpetuação da identidade e da cultura dos agricultores familiares que vivem, produzem e se reproduzem no meio rural.

No decorrer deste artigo, apresentaremos basicamente uma revisão bibliográfica que destaca o cooperativismo, de forma geral e especificamente relacionado à agricultura familiar, onde serão abordados os conceitos, histórico, avanços e limites do cooperativismo, sobretudo na Amazônia. Seguido de um breve relato da experiência da Cooperativa dos Pequenos Produtores do Uraim e Condomínio Rural de Paragominas (Cooperuraim), que é uma cooperativa de agricultores familiares, localizada no sudeste do Pará.

Portanto, o artigo apresenta, além desta seção introdutória, a metodologia deste trabalho (Seção 2), seguida de uma revisão de literatura sobre a história e aplicação do cooperativismo no mundo, no Brasil e na Amazônia (Seção 3), sobretudo relacionado à agricultura familiar (Seção 4), sobre a qual iremos apresentar o caso da Cooperuraim, finalizando com a seção 5, onde iremos tecer algumas considerações sobre o cooperativismo da agricultura familiar na Amazônia.

2. Material e Métodos

Quanto aos procedimentos metodológicos, nos inspiramos em Rocha & Santos (2023) para realizar um trabalho bibliográfico-descritivo e qualitativo: bibliográfico-descritivo, uma vez que foi realizado com base em materiais já existentes, como artigos científicos, livros, revistas. Descritivo, visto que descreveu propriedades de um determinado fenômeno, no caso, o cooperativismo e qualitativo, pois o intuito foi interpretar significados e realidades.

Portanto, a revisão bibliográfica aborda o cooperativismo, de forma geral e especificamente relacionado à agricultura familiar, seguido de um breve relato da experiência concreta de uma cooperativa agropecuária, específica da Agricultura familiar, a Cooperuraim de Paragominas, Pará.

A coleta de informações sobre a realidade da cooperativa em questão também constitui uma fonte secundária, que foi elaborada junto a cinco integrantes da diretoria da cooperativa, durante o curso de gestão do cooperativismo para agricultura familiar, ofertado em outubro de 2024 pelo Projeto Icoopeb, da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra), *campus* Paragominas (RELATÓRIO, 2024).

Durante o referido curso, foi aplicada a Matriz de SWOT entre os integrantes da Cooperuraim. Esta matriz foi elaborada pelos próprios agricultores que, em grupo, refletiram sobre o processo de organização, gestão e funcionamento da cooperativa e, em seguida, apresentaram as fortalezas e fraquezas, relativas ao ambiente interno da cooperativa, bem como apontaram as oportunidades e ameaças, relativas ao ambiente externo à cooperativa. Estes resultados foram sistematizados e analisados no subcapítulo 4.1 deste artigo, no qual também apresentamos algumas informações gerais sobre a cooperativa, disponibilizadas pelos cooperados no referido curso (RELATÓRIO, 2024).

3. História e desenvolvimento do cooperativismo no mundo, no Brasil e na Amazônia

A história do cooperativismo é bastante antiga, nos remete à Grécia antiga, onde havia diversas formas de associações, entre as quais as que objetivavam garantir enterro e sepultura decente aos seus associados (OCB, 2024a). Por outro lado, na história da civilização mundial sempre existiu a cooperação entre povos para realizar as tarefas domésticas, sobretudo cultivos de alimentos e construções de abrigos domésticos e espaços coletivos. Assim como, havia a união de tribos contra inimigos comuns ou para a realização de trabalho coletivo, que era uma prática de associativismo que serviu de base para o que hoje se denomina associação, tendo o Estado, como intermediador de suas relações e regulador jurídico do convívio social (Gomes, 2005).

Os primeiros fatos históricos oficiais que deram origem ao cooperativismo no mundo demonstram que essa forma de organização política e social tem uma ligação forte e se constitui mesmo em uma consequência da relação entre o capital e o trabalho. Isto é, surgiu como tentativa de solucionar problemas econômicos advindos dessa relação. No Brasil, diferentemente de outras partes do mundo apareceu como forma de controle social desenvolvida pelo Estado brasileiro (Gomes, 2005).

Porém, o marco mundial do cooperativismo aconteceu em Rochdale, na Inglaterra, nos arredores de Manchester, onde 28 operários, que eram em maioria tecelões, fundamentados no sentimento de cooperação e mutualidade pregados por Robert Owen e Fourier, dentre outros; finalmente conseguiu colocar em funcionamento um empreendimento, que a história registra como marco inicial do cooperativismo (Sales, 2010).

Os mentores desta ideia pioneira na Inglaterra eram pessoas à frente de seu tempo, conhecidas como os pioneiros de Rochdale, que buscavam meios de melhorar suas condições sociais e econômicas. Para isso, inauguraram um armazém para funcionamento da cooperativa, organizado e

regido por normas estatutárias. A ideia dos 28 pioneiros prosperou. Quatro anos após sua criação, a cooperativa já contava com 140 membros. Doze anos depois, em 1856, chegou a 3.450 sócios com um capital social que saltou de 28 libras para 152 mil libras (Sales, 2010; OCB, 2024b).

No Brasil, a cultura da cooperação é verificada desde a época da colonização portuguesa. Em 1876, no Rio de Janeiro, a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, D. Pedro II, atendeu ao que requereu a Companhia – Cooperativa de Consumo – devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de fevereiro do corrente ano, concedeu à cooperativa autorização para funcionar e aprovou seu estatuto (OCB, 2024b). Após o ocorrido surgiram outras cooperativas em Minas Gerais e nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. Começando assim o cooperativismo no Brasil (Marra, 2009; OCB, 2024b).

Em 1902, o padre suíço Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil: a Sicredi Pioneira, que continua até hoje em atividade por todo o Brasil. Com sede em Nova Petrópolis (RS), a cooperativa foi a solução encontrada pelo padre suíço Theodor Amstad para melhorar as vidas dos moradores do município, que até então não contavam com nenhum banco (OCB, 2024b). Tal cooperativa visava proporcionar aos agricultores acesso a crédito em condições mais favoráveis (Harold *et al.*, 2023). O cooperativismo de crédito se expandiu rapidamente, especialmente na década de 1960, quando o governo brasileiro começou a implementar políticas de apoio à agricultura familiar e ao cooperativismo, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento rural (Fernandes *et al.*, 2018).

A segunda vertente teve a orientação do italiano De Stefano Paterno, no contexto de ampla campanha oficial realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura, por delegação do Governo Federal, que difundia cooperativas de modelo misto com seção de crédito (Pinho, 2004).

A partir de 1906, foi a vez de surgirem as cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais e por imigrantes, especialmente de origem alemã e italiana. Eles trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a se organizar em cooperativas (OCB, 2024b).

Portanto, a história do cooperativismo no Brasil remonta ao final do século XIX e início do século XX, quando as primeiras cooperativas começaram a surgir, principalmente no contexto da agricultura (Rovani *et al.* 2020). O movimento cooperativista foi impulsionado por uma série de fatores, incluindo a necessidade de os agricultores se organizarem para enfrentar as dificuldades econômicas e sociais da época, como a exploração por intermediários e a falta de acesso aos mercados (Tomazzoni & Schneider, 2022).

Entre 1930 e 1945, no governo de Getúlio Vargas, o cooperativismo recebeu um grande impulso. Foram estabelecidos inúmeros incentivos governamentais para a formação de cooperativas agrícolas de soja e de trigo. Nesse período, deu-se início à formulação da Lei n. 5.764/71, que definiu a política nacional de cooperativismo, instituindo o regime jurídico das sociedades cooperativas no Brasil, vigente até hoje. Em dezembro de 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) para representar as cooperativas no Brasil, sendo uma sociedade civil sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa (Marra, 2009).

Dois anos depois da criação da OCB, foi instituída a Lei 5.764/71, que disciplinou a criação de cooperativas com a instituição de um regime jurídico próprio, destacando o papel de representação da OCB, mas trazendo ainda alguns pontos que restringiam, em parte, a autonomia dos associados. Essa limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início efetivamente à autogestão do cooperativismo (OCB, 2024b).

Porém, a OCB não é a única entidade representativa do cooperativismo no Brasil. Existem outras organizações representativas do cooperativismo, mas destacaremos aquela que mais se alinha com o tema deste artigo, que é a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), que representa especificamente o cooperativismo da agricultura familiar. foi fundada em junho de 2005, na cidade de Luziânia/GO.

A Unicafes está presente em quase todo território brasileiro. Além da sede Nacional em Brasília, atualmente há 21 Unicafes estaduais. O objetivo dessa organização é representar o

cooperativismo, que se relaciona com a agricultura familiar, povos tradicionais, assentados da reforma agrária, entre outras categorias (Unicafes, 2024). Sendo assim, os agricultores familiares, que pertencem ou pretendem pertencer a uma cooperativa, têm a liberdade de escolher a organização que melhor lhe representa, se a OCB ou a Unicafes? Ambas possuem interesse em agregar as cooperativas da agricultura familiar no Brasil, haja vista a importância destas cooperativas no ramo agropecuário.

Retomando o normativo do cooperativismo no Brasil, Segundo a Lei Geral do Cooperativismo, Lei nº 5.764/71, celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (Sescoop, 2020). Em seu art. 4º, essa lei define que as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I – Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II – Variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III – Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV – Incessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V – Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo crédito da proporcionalidade;
- VI – Quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII – Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII – Indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX – Neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X – Prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI – Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (Sescoop, 2020, p. 16).

Esta parte da lei esclarece, entre outras questões, a diferença entre sociedade civil e sociedade privada, destacando que os cooperados possuem direitos iguais e que a organização não visa o lucro e sim o desenvolvimento econômico e social de seus cooperados. Assim como deixa claro que as pessoas (cooperados) são mais importantes do que o capital e que os bens e fundos da cooperativa não podem ser simplesmente divididos entre os cooperados.

A região Norte do Brasil ocupa cerca de 45% do território nacional. Com densa floresta tropical, a ocupação territorial e a atividade econômica dessa região foram condicionadas ao extrativismo vegetal e mineral ao longo da bacia do rio Amazonas. Neste contexto, no início do século XX, o movimento cooperativo vai se expandir através das cooperativas extrativistas, sobretudo voltadas para a exploração da borracha, que gerou grande riqueza na região, mas as cooperativas tiveram que enfrentar grandes desafios devido as dificuldades de transporte, isolamento da região, escassez de mercados consumidores provocada pelo baixo povoamento da região e pela falta de uma política governamental para o setor (Silva, 2003).

O papel do cooperativismo para as comunidades e agricultores da região amazônica é o de garantir que os ganhos decorrentes da utilização da biodiversidade amazônica sejam socializados e capazes de construir o bem viver no meio da floresta e de evitar que a ciência, a tecnologia e a bioeconomia transformem ou mantenham os povos e comunidades amazônicas no servo da gleba, submissos aos atravessadores dos mercados bioeconômicos (Silva, 2024).

Para isso existe a agenda global de conservação da biodiversidade que se relaciona diretamente com a proteção ambiental da Amazônia, e aponta que o Brasil conserva entre 15% e 20%

da diversidade biológica do planeta (ONU, 2019), dos quais a Amazônia, entre outros biomas, participa significativamente.

O cooperativismo é mais que um modelo de negócios, sendo uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade (OCB, 2024a).

A importância das cooperativas na produção reside na solução de vários problemas comuns decorrentes do processo produtivo agrícola, tais como: fornecimento de serviços unificados, compra coletiva de insumos, contratação de orientação técnica e acesso à canais de venda e processamento dos produtos agrícolas (Enzama, 2014). Na realidade as cooperativas aumentam a renda dos agentes e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico dos cooperados (Charles *et al.*, 2019).

De acordo com o anuário do cooperativismo (OCB, 2023), o Brasil possui em torno de 4.509 cooperativas, distribuídas entre os ramos agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho e produção de bens e serviços, envolvem 23.452.705 cooperados e geram 550.611 empregos (OCB, 2023). Desse total, o ramo agropecuário, preferido da agricultura familiar, aparece em lugar de destaque, sendo o primeiro em número de cooperativas (26 % do total) e de geração de empregos (46,7 % do total) e o quarto lugar em quantidade de cooperados, perdendo para o ramo de crédito, consumo e infraestrutura.

Entre os dados levantados na Amazônia Legal por Freitas (2024), foi possível identificar 173 cooperativas com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica) em situação ativa, totalizando 10.846 cooperados. Ao todo ainda foram encontradas 260 cooperativas com DAP Jurídica na região, porém em situação irregular, sendo limitado seu potencial de intervenção na comunidade, uma vez que não podem acessar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Das ativas, cerca de 49,7% das cooperativas e 48,18% dos cooperados estão localizados no Pará. O segundo estado com maior número de cooperados é o Acre, contendo 14,65% do total de cooperados.

A região norte do país possui mais de 20 mil estabelecimentos agropecuários vinculados a cooperativas, considerando agricultura familiar e não familiar. Nesse montante, cerca de 83,1% têm como finalidade produtiva a comercialização, enquanto para 16,9% a finalidade é o consumo próprio das famílias. Ainda, para cerca de 70%, a renda principal é advinda das atividades agropecuárias realizadas no próprio estabelecimento cooperativado (Freitas, 2024). Isso demonstra a importância do cooperativismo agropecuário desenvolvido pela agricultura familiar na Amazônia.

4. A importância do cooperativismo da Agricultura Familiar no Brasil e na Amazônia

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995 foi um marco significativo na história do cooperativismo no Brasil. Este programa visou fortalecer a agricultura familiar, proporcionando acesso a crédito e assistência técnica, e reconheceu oficialmente a agricultura familiar como uma importante categoria para a economia nacional (Grisa *et al.*, 2014). A partir desse momento, o cooperativismo passou a ser visto como uma estratégia eficaz para promover a inclusão social e econômica dos agricultores familiares, permitindo-lhes competir em condições mais justas no mercado (Figueiredo *et al.*, 2024).

Além do Pronaf, outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), também contribuíram para o fortalecimento do cooperativismo, ao garantir a compra de produtos da agricultura familiar por instituições públicas (Corrêa *et al.*, 2017; Brito & Santos, 2018). Essas iniciativas não apenas melhoraram a renda dos agricultores, como também promoveram a segurança alimentar e a valorização dos produtos locais.

Nos últimos anos, o cooperativismo no Brasil enfrentou desafios, especialmente com a precarização das políticas públicas e a crise econômica. No entanto, a resiliência das cooperativas e a crescente conscientização sobre a importância da agricultura familiar e do cooperativismo para a sustentabilidade rural, têm levado a um renovado interesse e apoio a essas iniciativas (Figueiredo *et*

al., 2024; Fernandes *et al.*, 2018). De todo modo, o cooperativismo continua a ser uma ferramenta vital para a promoção do desenvolvimento rural, à inclusão social e à segurança alimentar no Brasil.

Em geral, não se pode negar que as cooperativas desempenham um papel de suma importância nas comunidades em que estão inseridas, não apenas em documentos publicados e compromettimentos realizados publicamente; revela-se, na prática, que esse interesse pela população reproduz efeitos no desenvolvimento local (Marques & Costa, 2021).

Não obstante a isto, no âmbito da agricultura familiar, especificamente, na Amazônia, seu papel crucial no desenvolvimento sustentável da região, as cooperativas oferecem uma estrutura organizacional que permite aos agricultores familiares unirem forças, compartilharem conhecimentos e acessarem recursos financeiros, o que é especialmente importante em uma região marcada por desafios socioeconômicos e ambientais.

Deste modo, as cooperativas contribuem significativamente para a sustentabilidade da agricultura familiar, pois a associação de agricultores familiares em cooperativas não apenas melhora o nível de conhecimento e a capacidade de tomada de decisão, mas também fortalece a sustentabilidade social e econômica das comunidades (Oliveira & Bertolini, 2022). Além disso, o cooperativismo de crédito, conforme discutido por Fernandes *et al.* (2018), é fundamental para o desenvolvimento rural, pois facilita o acesso a linhas de crédito que são vitais para a agricultura familiar. O estudo sobre a cooperativa Sulcredi Ouro ilustra como o cooperativismo pode impulsionar o crescimento econômico local e promover práticas sustentáveis.

Tendo como um dos principais benefícios do cooperativismo, a melhoria do acesso ao crédito e aos mercados, cooperativas de crédito desempenham um papel vital ao facilitar o acesso a linhas de crédito que são essenciais para a agricultura familiar (Fernandes *et al.*, 2018). Isso é corroborado por estudos que mostram que a intermediação de recursos do Pronaf é crucial para o desenvolvimento rural e o crescimento econômico local (Fernandes *et al.*, 2018). No entanto, o acesso a esse tipo de cooperativismo ainda é um desafio para a agricultura familiar da Amazônia.

Ao relacionar o cooperativismo agropecuário com o debate da bioeconomia, Silva *et al* (2024) também apontam alguns desafios, tais como a necessidade de ampliar a reflexão, superar visões rasteiras e ampliar a interação entre os autores amazônicos dos mais diversos setores, do extrativismo ao industrial. Na visão desse autor, é fundamental criar uma estrutura na Amazônia, que incentive e financie as ações de bioeconomia, como o desenvolvimento de programas e projetos pilotos, que aponte novos desafios e não repita os erros do passado. Nessa perspectiva, é importante resgatar as lições aprendidas com o cooperativismo amazônico. Considerando os desafios do conjunto da sociedade, compreende-se que as cooperativas amazônicas precisam ser capazes de fomentar a inovação tecnológica e social no meio rural da região.

Por outro lado, a obrigatoriedade de utilizar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, conforme estabelecido pela Lei nº 11.947/2009, tem incentivado a produção local e contribuído para a redução do consumo de alimentos processados nas escolas (Araujo *et al.*, 2019; Corrêa *et al.*, 2017). Essa política não apenas fortalece a agricultura familiar e o cooperativismo desse segmento, mas também promove a saúde pública e a segurança alimentar e nutricional da população ao incentivar o consumo de alimentos frescos e regionais.

A importância do cooperativismo na Amazônia, também se reflete, na governança ambiental e no manejo sustentável dos recursos naturais. Espada & Sobrinho (2015) argumentam que parcerias e redes de cooperação entre agricultores familiares podem resultar em um empoderamento significativo dos atores locais, promovendo uma governança ambiental que favorece o uso sustentável das florestas. Essa abordagem é essencial em uma região onde a exploração desenfreada dos recursos naturais tem levado a sérios problemas ambientais, como o desmatamento e a perda de biodiversidade.

A diversificação produtiva e a implementação de sistemas agroflorestais são estratégias que podem ser potencializadas pelo cooperativismo. Nesse sentido, Santos *et al* (2023) discute como a agricultura familiar está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico da Amazônia, e Oliveira *et al* (2023) complementa essa visão ao mostrar que sistemas agroflorestais têm o potencial

de induzir o desenvolvimento local e sustentável, promovendo a inclusão social e a conservação dos recursos naturais. Essas práticas são fundamentais para garantir a segurança alimentar e a resiliência das comunidades rurais na Amazônia. Além disso, a diversificação produtiva, como evidenciado em estudos de caso na Amazônia, demonstra que a agricultura familiar está conectada com estratégias eficazes para promover a sustentabilidade econômica e ambiental (Santos, 2023).

A interação entre políticas públicas e as dinâmicas locais da agricultura familiar é outro fator que merece destaque. Pesquisas indicam que a implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural tem impactos significativos nas comunidades, promovendo transformações sociais e econômicas (Sabourin *et al.*, 2021; Sousa & Sauer, 2023). O fortalecimento das cooperativas, por meio de políticas que apoiam a agricultura familiar, pode levar a um aumento na produção e na renda dos agricultores, além de contribuir para a permanência dos jovens no campo, um aspecto crucial para a continuidade das atividades agrícolas (Carlesso, 2022).

Por outro lado, o cooperativismo também desempenha um papel educativo e formativo (Arantes *et al.*, 2022), uma vez que a capacitação dos cooperados é importante para o desenvolvimento de produtos e para a gestão das cooperativas. Essa formação é essencial para garantir que os agricultores familiares possam competir no mercado e implementar práticas agrícolas sustentáveis. A formação contínua e a troca de experiências entre os cooperados são fundamentais para o fortalecimento das cooperativas e para a promoção de uma agricultura mais sustentável e competitiva (Simões, 2021).

4.1. O caso da Cooperuraim de Paragominas, Pará

A Cooperuraim foi fundada em novembro de 2011, atualmente possui 45 cooperados e 4 funcionários na parte administrativa, funciona em dois turnos (manhã e tarde). A cooperativa possui uma agroindústria de beneficiamento de polpa de frutas, que funciona no mesmo local do escritório, no município de Paragominas, Pará. Ela é assessorada pela OCB e recebe o apoio de outras organizações públicas e da sociedade.

Coelho & Oliveira (2021) identificaram que os agricultores cooperados da Cooperuraim recebem apoio da cooperativa para comercializar basicamente abóbora, feijão, maracujá, alface e galinha caipira. Porém, constatamos que estes agricultores também comercializam mandioca, coentro, cebolinha, couve, polpas de frutas congeladas, ovos, suínos e leite no mercado local (Relatório, 2024).

Ao serem questionados por Coelho & Oliveira (2021) sobre o local de comercialização de seus produtos, 16,7% informaram que comercializam nas feiras públicas de Paragominas/PA e 83,3% dos cooperados pesquisados disseram que vendem em outros locais da referida cidade, tal como nas feirinhas organizadas pela própria cooperativa, nos supermercados, frutarias e ainda abastecem as escolas públicas do município, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Durante o curso de cooperativismo, ofertado pela Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra Paragominas), foi possível dialogar com alguns funcionários da Cooperuraim e com cooperados que compõem a diretoria dessa organização, momento em que foi aplicada a Matriz de SWOT (Quadro 1), para levantar as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças da cooperativa.

A partir da aplicação dessa ferramenta, constatamos que a Cooperuraim tem resistido às dificuldades e consegue se manter de forma legal e adimplente com as obrigações tributárias, além de ter sede própria, com uma agroindústria anexa e funcionando. Atualmente o principal mercado acessado é o institucional, ou seja, o principal cliente é o Governo Federal, por meio do PNAE. Apesar desse mercado representar um avanço na história da cooperativa, os cooperados percebem a necessidade de expandir mercado, pois estão buscando acessar outros mercados institucionais e, sobretudo, o mercado privado para as polpas de frutas (Quadro 1).

Quadro 1. Matriz SWOT da Cooperuraim. Fonte: Relatório (2024)**Table 1.** Cooperuraim SWOT matrix. Source: Report (2024)

FORTALEZA	FRAQUEZA
- Organização documental legal; - Linha de crédito, 13 anos; - Sede própria; - Agroindústria de polpa de fruta funcionando.	- Baixa produtividade agropecuária; - Falta de capacitação de sucessão de lideranças; - Falta de assistência técnica; - Falta de padronização dos produtos. - Foco em um único mercado para os produtos da cooperativa.
OPORTUNIDADE	AMEAÇA
- Mercados privados; - Acesso a créditos para a agricultura familiar; - Mercados institucionais; - Beneficiamento dos produtos.	- Oscilação do clima; - Avanço da produção de grãos no município; - Falta de mão de obra; - Atuação de atravessadores no município; - Alta dos preços dos insumos.

Ao analisarmos o quadro 1, verificamos que os desafios persistem. A Cooperuraim ainda não conta com um projeto para ajudar os cooperados a aumentarem a produtividade, pois a assistência técnica não consegue alcançar todos os cooperados. Ainda falta padronizar o processo de produção dos produtos ofertados pela cooperativa, visando o mercado privado. Outra questão importante, que ainda é desafiadora para os cooperados é a sucessão de lideranças. Essa questão, também verificada por Oliveira (2015) nos territórios rurais do Sul do país, acaba dificultando o desenvolvimento das cooperativas, inclusive pode ameaçar a própria sobrevivência desse tipo de organização.

Falando em ameaças, a Cooperuraim ainda tem que conviver com situações diversas, que podem ameaçar o seu funcionamento, tais como: oscilação do clima, com fortes chuvas, enchentes e estiagem prolongada; avanço da produção de grãos no município; falta de mão de obra no meio rural de Paragominas/PA; alta dos preços dos insumos e concorrência com atravessadores no município (Quadro 1), principalmente na comercialização de frutas que, atualmente, constitui um dos pontos fortes na geração de renda para os cooperados da Cooperuraim.

Por fim, considerando a Matriz SWOT elaborada pelos cooperados, constata-se que eles ainda não atentaram para as questões mundiais, tais como as mudanças climáticas e a COP30, que este ano será realizada no estado do Pará, que pode trazer oportunidades econômicas, sociais e produtivas para os agricultores familiares, haja vista que são eles os principais atores sociais que serão beneficiados pelos projetos e programas de compensação de benefícios pelos serviços ambientais prestados à Amazônia. Para isso, os cooperados precisam pensar e agir no sentido de transformar seus sistemas produtivos em sistemas agroecológicos e sustentáveis.

5. Considerações Finais

Diante da revisão da literatura apresentada neste trabalho, juntamente com a análise dos avanços e desafios da Cooperuraim, é possível constatar que o cooperativismo da agricultura familiar tem tradição e pioneirismo na Amazônia, considerado relevante para o desenvolvimento rural sustentável da região. Essa forma de cooperação, voltada para a agricultura familiar na Amazônia, pode ser vista como uma estratégia vital para promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a preservação ambiental. Através da união de esforços, acesso a recursos, fomento ao crescimento e capacitação.

As cooperativas podem ser o ponto de apoio principal para transformar a realidade das comunidades rurais, de modo a contribuir para um futuro mais sustentável na região Amazônica; colaborando para a manutenção das paisagens e reservas futuras. Porém, as cooperativas na Amazônia apresentam vários desafios para a sua manutenção e desenvolvimento na região amazônica, destacando-se a dificuldade fazer uma gestão eficiente, assim como a baixa capacidade de formar novas lideranças para assumir a direção e gestão das cooperativas.

Diante desses desafios, acreditamos que, para fortalecer as cooperativas da agricultura familiar na Amazônia é necessário promover a união e integração das cooperativas com as universidades, institutos de pesquisa, empresas privadas, entre outras organizações da sociedade civil, tais como sindicatos cooperativistas e outras cooperativas, por meio de pesquisa e projetos de extensão, cooperação e parceria, com foco no aprimoramento da gestão das cooperativas voltadas para uma abordagem agroecológica e para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Referências

- ARANTES, E.P. et al. Elaboração de material audiovisual sobre desenvolvimento de produtos sem glúten, com foco em biscoitos, destinado a uma capacitação em cooperativa de castanha-do-brasil. **Revista eletrônica de extensão-extensio**, v.19, n 44, 2022. DOI: 10.5007/1807-0221.2022.e90669. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/issue/view/3523>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ARAUJO, L. R. DA S. et al. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 11, p. e00004819, 2019. DOI: 10.1590/0102-311x00004819. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/G9bppxXSRCZRPBLWnJCMXKk/#>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- BRITO, T. P.; PEREIRA, V. G.; SANTOS, A. P. Os limites, desafios e potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 190-222, 2018. DOI: 10.25059/2527-2594. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/304>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- CARLESSO, G. J.; WINCK, C. A. PNAE E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO COOPERATIVISMO DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - SANTA CATARINA. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, Brasil, v. 8, n. 1, 15 p. 2022. DOI: 10.18224/baru.v8i1.12738. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/12738>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção: multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230 p.
- CHARLES, T.; BATTSE, G. E.; VILLANO, R.A. Family farms plus cooperatives in China: Technical efficiency in crop production. **Journal of Asian Economics**, v. 64, 2019. p. 101-129.
- COELHO, E. J. N.; OLIVEIRA, M. B. C. **Efeitos socioeconômicos da pandemia de covid-19, sobre os cooperados da Cooperuraim, Paragominas, PA**. Paragominas: Ufra. Trabalho de Conclusão do Curso de Engenharia Florestal, Universidade Federal Rural da Amazônia, 55 p. 2021.
- CORRÊA, R. DA S. et al. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 563–574, fev. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jTVqxbrQXHkMqN7wggpxPcn/?lang=pt#>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ENZAMA, Wilson. Producer Cooperatives and Challenges of Vertical Coordination: Lessons from Angetta, Northern Uganda. **ResearchGate**. 2014. p. 1-17. DOI: 10.13140/2.1.4111.1045. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Wilson-Enzama/publication/266855215_Producer_Cooperatives_and_Challenges_of_Vertical_Coordination

n_Lessons_from_Angetta_Northern_Uganda/links/543da9a40cf2d6934ebcf965/Producer-Cooperatives-and-Challenges-of-Vertical-Coordination-Lessons-from_Angetta_Northern_Uganda.pdf. Acesso em: 09 nov. 2024.

ESPADA, A. L. V.; SOBRINHO, M. V. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 169–177, 2015. DOI: 10.21118/apgs.v7i4.4606. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4606>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FERNANDES, Rodrigo André; DITATI, Rafael; SEVERO, Juglans Aimi; TESSARO, Rodrigo Antônio; FISCHER, Augusto. Contribuição das cooperativas de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: o caso da Sulcredi Ouro. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 88–105, 2018. DOI: 10.18616/rdsd.v4i1.4301. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/4301>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FIGUEIREDO, J. S.M. *et al.* COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO: IMPORTÂNCIA PARA A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR. In: Souza, Mauricio Novaes (org.). **Tópicos Especiais**. v. 2. Canoas, RS: Merida Publishers, 2024. DOI: 10.69570/mp.978-65-84548-23-7.c10. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/handle/item/4724?mode=full>. Acesso em: 10 nov. 2024.

FREITAS, Alair de. A força do cooperativismo na Amazônia legal: cooperativas estão protagonizando um novo momento para a sustentabilidade brasileira através de grandes iniciativas. **Mundocoop**, 2024. Disponível em: <https://mundocoop.com.br/destaques-da-revista/capa/a-forca-do-cooperativismo-na-amazonia-legal/>. Acesso em 04/12/24.

FRAXE, T. J. P.; CASTRO, A. P. **Agroecologia em sociedades amazônicas**. Manaus: Editora & Gráfica Moderna, 2015.

FREITAS, C. O. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 559-576, 2019. DOI: 10.1590/1806-9479.2019.187145. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/VvX4KvF4jyLkxnJtqxnPCYc/?lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2024.

GOMES, J. A. Origem e evolução do cooperativismo no mundo e no Brasil e sua contribuição para constituir o segmento educacional brasileiro. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, PI, n. 12, 2005. p. 13 – 25.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323–346, abr. 2014. DOI: 10.1590/s0103-20032014000200007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/FfGVnNCzjyTK6JgDCrqFfGg/#ModalHowcite>. Acesso em: 10 nov. 2024.

HAROLD, C.A. *et al.* PROTAGONISMO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL. **Revista do Programa de Pós-graduação da Unochapecó**, v. 2, n 58, 2023. DOI: 10.22295/grifos.v32i58.7087. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/7087>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MARRA, Adriana Ventola. **Associativismo e cooperativismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

MARQUES, H. R.; COSTA, J. O. da. O cooperativismo e o desenvolvimento local: um estudo da cooperativa de crédito Sicredi União MS/TO – Comitê Ação Social. **Interações**. Campo Grande, MS, v. 22, n. 2, p. 531-541, 2021. DOI: 10.20435/inter.v22i2.2961. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/ZVHLWjbKWQvMfBF8dwh6jhd/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

OLIVEIRA, C. D. **Dinâmicas territoriais e organizacionais na Zona Sul do Rio Grande do Sul**: um estudo do processo de gestão social do desenvolvimento territorial. Porto Alegre: UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Tese de Doutorado, 2015. 212 p.

OLIVEIRA, G. M. T. da S.; OLIVEIRA, E. S.; SANTOS, D. N.; SILVA, G. dos S.; NEU, V.; DE SANTANA, A. C. Viabilidade bioeconômica de sistemas agroflorestais na Amazônia: estudo de caso em Tomé-Açu – Pará. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 12, p. 21262–21284, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i12.3250. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3250>. Acesso em: 10 nov. 2024.

OLIVEIRA, W. C. de; BERTOLINI, G. R. F. A systematic review about the contribution of cooperatives to the sustainability of family-based agriculture. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e43411226098, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.26098. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26098>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Pnuma: Brasil possui entre 15% e 20% da diversidade biológica mundial. **ONU News**, 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/pnuma-brasil-possui-entre-15-e-20-da-diversidade-biologica-mundial/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Cooperativismo. Brasília: OCB/MA/SDR/Denacoop, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. **O que é cooperativismo**. Brasília: OCB. 2024a. Disponível em: <https://ocbrr.coop.br/cooperativismo/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 09 nov. 2024.

_____. **A história do cooperativismo**. Brasília: OCB. 2024b. Disponível em: <https://rio.coop/cooperativismo/historia/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

_____. **Anuário do Cooperativismo**. Brasília: OCB, 2023. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/conteudos>. Acesso em: 04 dez. 2024.
» <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

RELATÓRIO. **Curso de gestão de cooperativismo para agricultura familiar**. Paragominas: Projeto ICOOPEB, Universidade Federal Rural da Amazônia - Ufra, 15 p. 2024.

ROCHA, J. C. M. da; SANTOS, L. M. L. dos. Da utopia à realidade: retrato do cooperativismo no Brasil – um estudo entre os anos de 2010 e 2018. **Interações**. Campo Grande, MS, v. 24, n. 3, p. 783-798, jul./set. 2023. DOI: 10.20435/inter.v24i3.3702. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xywSSV6cSnQ4NQ8cB4qnYZm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2024.

ROVANI, B. P.; MARCHESAN, J.; RAMOS, F. M.; VARGAS, L. P. Desenvolvimento Socioeconômico e Cooperativismo de Crédito no Município de Concórdia/SC. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 308–323, 2020. DOI: 10.21527/2237-6453.2020.52.308-323.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10560>.

Acesso em: 10 nov. 2024.

SABOURIN, E.; RODRIGUES, J. A.; CARON, P. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território do Portal da Amazônia - Mato Grosso. **Redes**, v. 26, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/17229>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SALES, João Eder. Cooperativismo: Origens e Evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, n. 1, trabalho 3. 2010, p. 23-34. Disponível em: <file:///C:/Users/dougl/Downloads/30-Texto%20do%20artigo-94-1-10-20110912.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SANTOS, Odivaldo Novaes dos *et al.* Diversificação produtiva e agricultura familiar: Estudo de caso de uma comunidade na Amazônia Tocantina. **Revista Agroecossistemas**, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 85-103, jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agroecossistemas/article/view/13823>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP.

Entendendo a Sociedade Cooperativa. 1. ed. Brasília: SESCOOP, Série Cooperativismo, 2020. 124 p.

SILVA, L. J. S. *et al.* Cooperativismo e bioeconomia: desafios para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Peer Review**, v. 6, n. x, 2024. p. 1-16. DOI: 10.53660/PRW-2201-4033. Disponível em: [file:///C:/Users/dougl/Downloads/CooperativismoebioeconomiadesafiosparaodesenvolvimentosustentavelnaAmaznia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/dougl/Downloads/CooperativismoebioeconomiadesafiosparaodesenvolvimentosustentavelnaAmaznia%20(1).pdf). Acesso em: 09 nov. 2024.

SILVA, E. S. *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências.

UniRcoop, v. 1, n. 2, 2003. p. 75-102. Disponível em:

file:///C:/Users/dougl/Downloads/PANORAMA_DO_COOPERATIVISMO_BRASILEIRO_HISTORIA_CEN.pdf.

Acesso em: 09 nov. 2024.

SIMÕES, Michele da Rosa Scholant. A IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL A PRODUTORES DE BASE FAMILIAR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2021. p. 1058– 1076, DOI: 10.51891/rease.v7i2.4003. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4003>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SOUSA, B. L. de M.; SAUER, S. Expansão da fronteira agrária extrativa e suas implicações para a agricultura familiar camponesa no Planalto Santareno – Pará. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 18, n. 50, 2023. p. 128–154. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/69080>. Acesso em: 10 nov. 2024.

TOMAZZONI, Gean Carlos; SCHNEIDER, Sergio. A presença do cooperativismo na agricultura do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 12, n. ed.esp.Dossie, 2022. p. 65–88. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/3901>. Acesso em: 10 nov. 2024.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA – UNICAFES. Brasília: Unicafes, 2024. Disponível em: <https://www.cegafiunb.com/formacao->

unicafes/#:~:text=A%20Uni%C3%A3o%20Nacional%20das%20Cooperativas,21%20Unicafes%20Estaduais%20constitu%C3%ADdas%20formalmente. Acesso em: 04 dez. 2024.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Annablume, 2010.

WITKOSKI, A. C.; REZENDE, M. G. G.; FRAXE, T. de J. P. Notas sobre cooperativismo, gestão rural, e bem viver na Amazônia: estratégias de resistência ao capitalismo. **Configurações**, 25. p 88-96, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/8562>. Acesso em: 09 nov. 2024.

Contribuição dos Autores

Carlos Douglas de Sousa Oliveira: escrita - definição do tema, primeira e segunda escrita, organização estrutural do trabalho e análise de dados; Daniel Lopes do Rosário Filho²: escrita - pesquisa documental e bibliográfica, organização e formatação do trabalho; Marcelle dos Santos Praia³: escrita - pesquisa documental e bibliográfica.

Agradecimentos

Agradecemos aos cooperados da Cooperativa dos Pequenos Produtores do Uraim e Condomínio Rural de Paragominas (Cooperuraim), que se dispuseram a participar do curso de gestão do cooperativismo para agricultura familiar.

Fontes de financiamento

Não houve financiamento.

Conflito de Interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

Editado associado

Luciana da Silva Borges

ORIGINAL ARTICLE

